



Urbano-Rural Sustentável em Revista | 3

NOVO CICLO DE MEDIDAS PARA O INTERIOR

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE



ALDEIAS

NOVAS VIAS PARA A SUSTENTABILIDADE

SÃO MIGUEL DE MACHEDE
a educação como porta de entrada
para o desenvolvimento sustentável

LANGOUET,
uma aldeia francesa,
sustentável!

ÍNDICE

Neste número especial N3-2018

1º tema	4	NOVO CICLO DE MEDIDAS PARA O INTERIOR Estratégias de desenvolvimento dos territórios de baixa densidade
Políticas públicas	10	PROGRAMA PARA A VALORIZAÇÃO DO INTERIOR PNCT – Programa Nacional para a Coesão Territorial Programa Valorizar - Sustentabilidade
Entrevista	13	JOÃO PAULO CATARINO O NOVO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CALORIZAÇÃO DO INTERIOR Incentivar dinâmicas colaborativas interinstitucionais inovadoras
2º tema	15	ALDEIAS PROCURAM NOVAS VIAS PARA A SUSTENTABILIDADE Reportagem em São Miguel de Machede Aldeias históricas Aldeias de Montanha
Aldeia Estrela	32	LANGOUET ALDEIA NA BRETANHA 100% Biológica, 100% de Economia Circular e 100% de permacultura



FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

CNJ - Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural
SEDE:

Tapada da Ajuda 1349-018 Lisboa,
NIPC 504936832
Inscrição na ERC 126188

DIRECTOR

Luís Saldanha Miranda

DIRECTOR – ADJUNTO

Carlos Alberto Franco

COORDENADOR EDITORIAL

Carlos Valentim Ribeiro
Edição e secretariado
Caixa de Mitos, Lda

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

Praça da Alegria n.º 6, 2.º Dto.,
1250-004 Lisboa
Telefone: 213 153 137 - 963 402 242
914630395 - 933 531 050
Linha Verde: 800 100 107
Fax: 211 550 860
geral@cnjap.pt
www.cnjap.pt

COLABORAÇÃO NESTA EDIÇÃO

UMVI, Federação Minha Terra, SUÃO – Associação de Desenvolvimento Comunitário, Aldeias Históricas de Portugal, ADIRAM, Mairie de Langouet.

FOTOGRAFIA

Miguel Marques
Reportagem, reuniões e eventos
Carlos Ribeiro

DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO

Sofia Pepe

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Soluções TI e Artes Gráficas

Tiragem – 5000 exemplares

Todos os artigos assinados são da responsabilidade dos autores, não coincidindo necessariamente com as opiniões da Direcção da CNJ. É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Os artigos da Revista AGRI são escritos de acordo com as opções dos seus autores no que ao Acordo Ortográfico diz respeito.

A PUBLICAÇÃO DA REVISTA AGRI É co-financiada pelo RDR 2010 -PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL



CNJ - Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020



UNIAO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais



A REVISTA EM REVISTA

Não há margem para erros e hesitações! **Agir depressa e bem.**

Carlos Ribeiro - Coordenador Editorial

Assistimos no período estival do corrente ano a uma autêntica vaga de fundo, com iniciativas da sociedade civil, vários debates na Assembleia da República, um Conselho de Ministros extraordinário, projectos de inovação local em destaque, em favor do Interior.

O tema teve o seu ciclo mediático de primeira página e de abertura de telejornais e captou a atenção do país, para o bem o para o mal.

Par o mal, eventualmente, porque as expectativas ficaram agora elevadas e deixou de haver espaço de manobra para faseamentos e progressão de ritmo suave. Agora quer-se obra e já!

Para o bem, certamente, porque os compromissos foram fortes, ao mais alto nível da estrutura do poder e conseqüentemente a responsabilidade não poderá ser descartada em caso de falha ou de menor execução dos planos estabelecidos. As promessas são para cumprir!

Esta matéria de compromisso e decisão está presente nesta edição da AGRI através de várias peças e referências das quais podemos destacar a entrevista a João Paulo Catarino ainda como Coordenador da Unidade de Missão para o Interior, que entretanto assumiu as funções de Secretário de Estado da Valorização do Interior.

A Revista foi às aldeias. Visitou, contactou e estabeleceu pontes com as populações locais, com autarquias, com associações e federações, com equipas técnicas, com animadores de território, com personalidades diversas e dessas andanças resultou um painel valorizador destes universos rurais e culturais que são bem mais que localidades, agregados populacionais e referências geográficas incontornáveis do interior.

As aldeias podem ser pontos de amarra para o desenvolvimento sustentável do país no seu todo. Se, e repete-se, se os critérios adoptados localmente forem claros e inequívocos no sentido da sustentabilidade. Não é fácil nem evidente, mas é possível. Divulgamos neste terceiro número do ano da Revista o exemplo de Langouet, uma aldeia da Bretanha francesa que é considerada 100% ecológica. Um bom ponto de partida para os actores locais reflectirem e tomarem decisões sobre o futuro e sobre o tipo de desenvolvimento desejado.



#1º tema

NOVO CICLO DE MEDIDAS PARA O INTERIOR

**Estratégias de desenvolvimento
dos territórios de baixa densidade**

O INTERIOR COMO TEMA DE ESTUDO, DE DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS E DE ACÇÕES

Carlos Ribeiro



O pior de tudo será alinhar nas dicotomias habituais nesta matéria do litoral-interior, do rural-urbano e do norte-sul. Podemos afirmar que o olhar dicotómico sobre o território não tem qualquer utilidade quer para a avaliação diagnóstica quer ainda para a definição de medidas que pretendem introduzir mudanças e até mesmo melhorias.

No plano político o tema do interior tem agregado discursos e propostas a partir da afirmação contundente do abandono estrutural das áreas territoriais não-litorais. Mas por interior não estaremos certamente a considerar apenas as localizações do não-litoral. Existe “interior” no litoral, considere-se algumas áreas periurbanas que apresentam as mesmas características das conotadas com aquela categorização, e nas áreas rurais o “litoral” está bem presente, por exemplo, em muitos dos equipamentos de lazer em zonas fluviais que apresentam elas também as marcas da qualidade e das condições que podem ser encontradas em zonas urbanas do litoral de veraneio.

Da mesma forma podemos eliminar as barreiras, muitas vezes psicológicas e históricas, que são admitidas na separação do urbano com o rural. As dependências mútuas, as combinações nos modos de vida, o contínuo dos territórios, muitos factores que cimentam diferenças

coabitam com outros que forjam similitudes. Veja-se a chamada cultura urbana que invade os espaços rurais e a apetência que se densifica, nas zonas urbanas, pelas tradições e por relações cada vez mais próximas com a natureza e com estilos de vida tidos por mais genuínos e mais marcadamente relacionais.

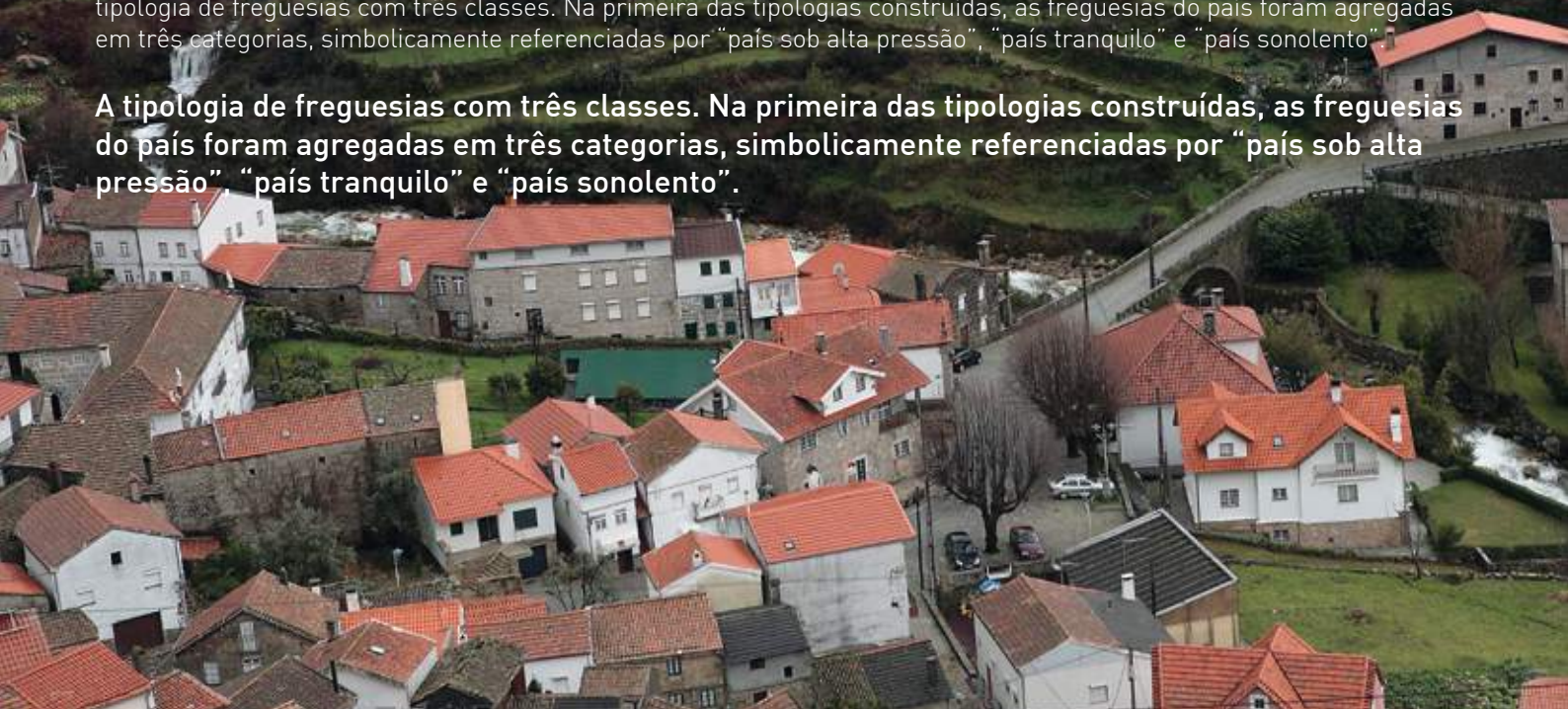
Ainda na mesma abordagem de desconstrução de mitos e olhares dicotómicos, podemos colocar o norte e o sul, para o efeito desejado, que não para a leitura geográfica a partir dos pontos cardinais, em tensão. Isto porque sabemos que ao delimitarmos o sul de um norte, teremos também no sul estabelecido um norte desse mesmo sul. O norte de Portugal é o sul da Galiza. O sul do país basco é o norte de Espanha. Até que ponto podemos associar a estas referências matéria de tal forma categórica que nos surjam como úteis para intervir no campo do desenvolvimento?

Neste plano, o estudo das dinâmicas territoriais que João Ferrão introduziu há uma vintena de anos, considerando cada território mais pelas dinâmicas existentes no seu seio que pela sua localização ou pelas actividades económicas dominantes, continua a ser distintivo e marcadamente mais favorável para trabalhos com intenções prospectivas em matéria de desenvolvimento.

DINÂMICAS TERRITORIAIS E TRAJECTÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO: PORTUGAL

João Ferrão, Licenciado e doutorado pela Universidade de Lisboa em Geografia, investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais (ICS-UL), é o autor de um quadro teórico (1991-2001) sobre as dinâmicas territoriais que estabelece uma tipologia de freguesias com três classes. Na primeira das tipologias construídas, as freguesias do país foram agregadas em três categorias, simbolicamente referenciadas por “país sob alta pressão”, “país tranquilo” e “país sonolento”.

A tipologia de freguesias com três classes. Na primeira das tipologias construídas, as freguesias do país foram agregadas em três categorias, simbolicamente referenciadas por “país sob alta pressão”, “país tranquilo” e “país sonolento”.



A ALTA PRESSÃO

A referência a “alta pressão” tanto pode ser lida do ponto de vista da intensidade da mudança, acarretando riscos elevados, como associada às situações meteorológicas de céu particularmente limpo, invocando a existência de contextos muito positivos. São, em suma, territórios excessivos tanto do ponto de vista das ameaças como das oportunidades. Um rápido relance pela geografia do Portugal sob alta pressão (Figura 2) mostra, sem surpresa, que coincide com as manchas metropolitanas e urbanas do país.

Aqui, conjugam-se resultados particularmente elevados no que se refere aos indicadores de atracção, densificação e qualificação dos recursos humanos. Complementarmente, a incidência de população estrangeira e dos casamentos sem registo – dois indicadores bem distintos de “abertura” – é também bastante superior à que se verifica no conjunto do país. Trata-se, portanto, do Portugal que, por razões de dimensão, qualidade e abertura, maior capacidade revelou para se transformar e desenvolver ao longo da última década do século XX.

O PAÍS SONOLENTO

No polo oposto coloca-se o “país sonolento”. O equívoco subjacente a esta designação procura abarcar a sua carga tanto negativa - a inacção própria de quem perdeu energia - como positiva - o sono retemperador que permite, mais tarde, acordar revigorado. A geografia do Portugal sonolento coincide em grande parte com o interior do país, embora revele uma particular incidência nas regiões Norte e Centro. Os indicadores aqui sobre-representados

sugerem um círculo vicioso de subdesenvolvimento difícil de romper: repulsão demográfica, despovoamento, envelhecimento, estabilização ou mesmo degradação do capital humano. Complementarmente, o aumento de alojamentos sazonais e a diminuição das taxas de emprego confirmam a natureza sonolenta desta vasta parcela do país. Este é, de forma clara, o Portugal perdedor ao longo dos anos em análise.

O PAÍS TRANQUILO

Em situação intermédia coloca-se o “país tranquilo”, isto é, um conjunto amplo de áreas onde, em termos comparativos, as evoluções ocorridas ao longo da última década do século XX foram relativamente moderadas. Espreado-se maioritariamente pelo litoral, mas com um número significativo de pequenos e médios afloramentos

no interior, o Portugal tranquilo é, sob todos os aspectos – social, económico e geográfico, o país intermédio, o país da transição. Em termos gerais, no entanto, revela uma trajectória de evolução mais próxima da que se verifica nos territórios do “Portugal sob alta pressão”.

DINÂMICAS TERRITORIAIS E TRAJECTÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO: PORTUGAL

João Ferrão, Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa

A tipologia de freguesias com seis classes:

Uma tipologia mais fina, embora construída a partir da mesma base de informação, permitiu identificar seis classes ou categorias de freguesias

- as crateras urbanas, áreas urbanas com decréscimo populacional, geralmente coincidentes com os centros históricos das cidades de grande (Lisboa, Porto) ou média (Guimarães, Braga, Vila Real, Coimbra, Figueira da Foz, Covilhã, Abrantes, Évora, etc.) dimensão, mas que no caso de Lisboa se alarga já aos subúrbios industriais de primeira geração (Almada, Barreiro);
- as áreas de (sub)urbanização intensiva, que envolvem geograficamente as “crateras urbanas” ou correspondem aos núcleos centrais de cidades de média e pequena dimensão e/ ou com um posicionamento menos maduro no respectivo ciclo de vida urbano;
- as áreas de urbanização moderada, que correspondem a uma segunda ou terceira auréola em torno das principais aglomerações urbanas, mas também a afloramentos de natureza mais pontual dispersos pelo interior do país;
- as pequenas bolsas de resistência, que reflectem a existência de aglomerações de reduzida dimensão ou de localizações com condições que, não sendo muito positivas, se destacam, ainda assim, favoravelmente, das categorias com resultados mais problemáticos;
- as freguesias regressivas, isto é, uma vastíssima área do país com resultados negativos, face à média nacional ou mesmo em termos absolutos, em vários dos indicadores dos quatro domínios de observação considerados (ocupação do território, famílias, condições de vida e empregabilidade);
- as freguesias (eventualmente) em coma, situações de natureza mais pontual, mas com particular incidência nas regiões Norte e Centro interior e ainda no Baixo Alentejo/Serra Algarvia, onde a evolução regressiva ocorrida ao longo da década de 90 atinge valores excepcionalmente críticos.



#AUTARCAS QUEREM INVERTER PROCESSO DE DESERTIFICAÇÃO do Interior

Oito grandes medidas de espectro muito amplo deram corpo à proposta da Secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, constituindo uma primeira sistematização política das Medidas para o Interior.

Embora tenha sido apresentada a 14 de Junho de 2016, a “Proposta de Medidas Promotoras de Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade e Rurais”, mantém toda a actualidade.



Contributo para valorizar o Interior

Elaborado pela Secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural (uma das secções que integra a Associação Nacional dos Municípios Portugueses) o documento foi entregue à Unidade de Missão para a Valorização do Interior, tendo tido naturalmente impacto no conteúdo que consubstancia o Programa de Valorização do Interior, recentemente aprovado em Conselho de Ministros e de cujos contornos também damos nota num outro artigo deste número da AGRI.

Medidas transversais e concertadas


Começando por constatar a incapacidade do país em inverter o processo de desertificação do interior (na sua dupla vertente de abandono populacional e de deslocalização das actividades económicas), processo esse que acabou por conduzir “a um envelhecimento nos territórios e a um ciclo do qual é difícil sair”, o estudo enumera um conjunto de “medidas políticas transversais e concertadas” (públicas e privadas) para a revitalização destes territórios.

Mais investimento público

O abandono da actividade agrícola, em detrimento de outras profissões, a fuga das indústrias para outras regiões nacionais e estrangeiras, a fragilidade crescente do tecido sócio-económico, a ausência de investimento nos sectores primário e secundário, a que se juntam factores políticos e administrativos, como o centralismo e a redução do investimento público, obstaculizam decisivamente o aparecimento do emprego e as dinâmicas de crescimento económico, sugerindo a necessidade de adoptar um conjunto de medidas que, no entender dos signatário da ‘Proposta’, se poderão sintetizar da seguinte forma:

Palavras – chave das Medidas: Estatuto – Observatório – Povoamento – Finanças autárquicas – Recursos endógenos – TER – Choque fiscal – Educação

- Criar, a nível Administrativo, o Estatuto do território de Baixa Densidade e do Mundo Rural;
- Criar o Observatório da Baixa Densidade e da Ruralidade;
- Afirmar a lógica do Povoamento em detrimento da lógica do Ordenamento territorial;
- Reforçar os poderes e a capacidade financeira das autarquias;
- Garantir uma efectiva e adequada valorização dos recursos endógenos;
- Afirmar o Turismo em Espaço Rural como uma nova fronteira do desenvolvimento económico e social;
- Aplicar um choque fiscal aos territórios de Baixa densidade;
- Desenvolver políticas educativas adequadas às especificidades dos territórios de baixa densidade



Programa para a VALORIZAÇÃO DO INTERIOR reforça PNCT com novas medidas

Valorização do território, aproveitamento mais virtuoso dos recursos, criação de riqueza, coesão territorial, são apenas alguns dos conceitos-chave contidos na Resolução do Conselho de Ministros 116/2018 que aprovou, em Setembro passado, a criação do Programa de Valorização do Interior (PVI).

Este novo quadro legal e político vem aprofundar a dinâmica já criada pelo Plano Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), Programa que se encontra a ser desenvolvido desde 2016, integrando 164 medidas divididas em cinco eixos temáticos fundamentais: um território mais + Coeso, + Competitivo, + Sustentável, + Conectado e + Colaborativo.

O novo Programa integrará o anterior PNCT, acrescentando-lhe novas medidas elaboradas a partir de um esforço conjunto desenvolvido pelo Estado e pela sociedade civil. Assim, são integradas no documento algumas propostas apresentadas pelo Movimento Pelo Interior, uma iniciativa de um conjunto de personalidades oriundas da economia e das universidades, que consistiu na organização de várias conferências e na apresentação, em Maio, de um Relatório técnico e estratégico.

Em jeito de balanço, a Resolução aprovada em Setembro menciona que “os resultados alcançados [pelo PNCT] apresentam uma taxa de execução elevada, com 79 % das medidas executadas ou em vigor e 10 % das medidas em

curso”, sucesso que deverá agora ser mobilizado a favor da execução do novo Programa.

Do ponto de vista do financiamento, o Programa de Valorização do Interior continuará a sustentar-se nos fundos dos Programas Operacionais do PT2020. Refira-se que, no âmbito do PNCT, foi possível alcançar uma dinâmica de discriminação positiva a favor dos territórios do interior, na medida em que os apoios financeiros per capita aos territórios de baixa densidade foram o «dobro dos apoios no litoral».

Assim, «reconhecendo que a coesão territorial e o desenvolvimento do interior são causas nacionais que mobilizam toda a comunidade», o governo propõe 65 medidas adicionais ao anterior PNCT, doravante designado por Plano de Valorização do Interior, as quais incidem em três áreas fundamentais:

- Estímulo ao emprego e à fixação das populações;
- “Valorização do capital natural e manutenção da paisagem”;
- Promoção da “equidade no acesso aos serviços públicos”.

No essencial, citando a Resolução agora aprovada, com o novo Programa procura-se: implementar “medidas territorializadas de discriminação positiva e de incentivo ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, visando a fixação da população, a diminuição das assimetrias regionais, a coesão e a competitividade territorial”.

PROGRAMA NACIONAL PARA A COESÃO TERRITORIAL

O Programa Nacional para a Coesão Territorial elenca mais de cento e sessenta Medidas, maioritariamente de iniciativa governamental e uma Agenda para o Interior, que integra oito Iniciativas de carácter temático. Trata-se de um processo dinâmico, que visa a construção da Coesão Territorial e não se esgota neste documento e neste momento. Pressupõe uma atitude permanente de cocriação, experimentação, teste e revisão que se prolongará no futuro próximo.



9 INICIATIVAS

No contexto do Programa Nacional para a Coesão Territorial, a Agenda para o Interior é constituída por oito Iniciativas, agendas interministeriais e interinstitucionais, organizadas em torno de desafios e questões estruturantes que se colocam ao desenvolvimento dos territórios do interior:

- Envelhecimento com Qualidade;
- Inovação da Base Económica;
- Capital Territorial;
- Cooperação Transfronteiriça;
- Relação Rural-Urbana;
- Acessibilidade Digital;
- Atratividade Territorial;
- Abordagens,
- Redes e Participação.

MISSÃO DA UMVI

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 14 de janeiro, incumbe a Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI) de criar, implementar e supervisionar um programa nacional para a coesão territorial, bem como promover medidas de desenvolvimento do território do interior de natureza interministerial.

UM TERRITÓRIO INTERIOR

+ Coeso

Construir sistemas capazes de promover a inclusão social e a equidade, através de uma maior igualdade de competências territoriais, promovendo uma melhor articulação entre a oferta de serviços urbanos e rurais e propondo novos serviços em rede que valorizem visões intersectoriais e interescolares, tendo em vista a qualidade de vida.

+ Competitivo

Alargar as capacidades de desenvolvimento dos territórios do interior, potenciando novas estratégias de valorização dos seus recursos, ativos e agentes, assim como a geração de maiores níveis de atratividade, afirmando e consolidando uma nova competitividade.

+ Sustentável

Potenciar a diversidade geográfica, integrando a paisagem, os recursos endógenos, o património natural e cultural em prol de uma maior sustentabilidade, valorizando os

espaços de montanha, de fronteira e os territórios mais periféricos.

+ Conectado

Reforçar a conectividade dos territórios do interior, facilitando a sua inserção em espaços mais alargados, por forma a potenciar os relacionamentos entre as bases produtivas litoral-interior, de fronteira e com a diáspora, gerando, assim, novas formas de articulação e de organização para a coesão, a competitividade e a sustentabilidade.

+ Colaborativo

Promover a transversalidade da atuação interministerial, valorizando as lideranças locais e a capacitação institucional, difundindo plataformas de diálogo e de cocriação, de experimentação e implementação de políticas, em prol de processos inovadores de governança territorial.

Turismo sustentável com linha de apoio específica para os territórios do interior

Despacho Normativo n.º 18/2017

Publicação: Diário da República n.º 205/2017,

Série II de 2017-10-24

Linha de Apoio à Sustentabilidade

(...)

“No domínio da sustentabilidade, são definidos objetivos claros, quer no âmbito da sustentabilidade económica, quer no âmbito da sustentabilidade ambiental, quer ainda no domínio da sustentabilidade social.

Neste sentido, entende-se oportuna a criação, ao abrigo do mesmo Programa, de uma linha específica de financiamento, com o objetivo de apoiar projetos de investimentos que promovam a sustentabilidade social e ambiental no turismo, deste modo contribuindo para o reforço da competitividade de Portugal enquanto destino turístico.

Objeto

1 - São suscetíveis de enquadramento na presente linha de apoio as seguintes iniciativas e projetos:

a) Iniciativas e projetos que contribuam para promover um maior e melhor integração entre os residentes e os turistas, melhorar a qualidade de vida dos residentes e promover uma maior retenção de valor para a comunidade em resultado da atividade turística, nomeadamente nas áreas da inovação social, da higiene urbana, da mobilidade, da acessibilidade, da sinalética, da diminuição do ruído, da qualidade do ar, privilegiando intervenções que garantam a valorização e uso eficiente dos recursos;

b) Iniciativas e projetos que visem a dinamização económica dos espaços urbanos, através do apoio à valorização, requalificação e inovação do comércio de proximidade e dos mercados, incluindo a qualificação dos recursos humanos

c) Promoção do consumo de produtos locais por parte dos visitantes;

d) Projetos e ações de educação/sensibilização ambiental e social no turismo, numa ótica colaborativa, visando, designadamente, a proteção do património natural e histórico e cultural;

e) Iniciativas e projetos que fomentam a valorização dos territórios e das comunidades nas suas várias dimensões, permitindo, a valorização da identidade do País, das comunidades locais e que facilitem o diálogo intergeracional.

2 - Para efeitos do presente despacho normativo, entende-se por comércio de proximidade aquele que exerce a sua atividade através de venda de bens e serviços com elevado valor acrescentado nacional.

Promotores

Podem apresentar candidaturas as seguintes entidades:

a) Entidades públicas, incluindo aquelas em cuja gestão as entidades da administração central do Estado, regional e local tenham posição dominante;

b) Associações de comércio ou de moradores, assim como de entidades de natureza e fins análogos;

c) Empresas de qualquer dimensão e natureza, que se proponham desenvolver projetos no âmbito da tipologia prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do presente diploma.

Intensidade, natureza e limite do apoio financeiro

1 - Os apoios financeiros ascendem a 80 % do valor das despesas elegíveis dos projetos, com os seguintes limites:

a) Os apoios financeiros a conceder às entidades públicas ou associativas referidas no artigo anterior revestem natureza não reembolsável e têm o limite máximo de (euro) 300.000,00 por projeto;

b) Os apoios financeiros a conceder às empresas têm o limite máximo de 100 mil euros e revestem natureza reembolsável, sem juros, observando-se o disposto no número seguinte.

2 - No caso dos apoios financeiros referidos na alínea b) do número anterior, 50 % do financiamento é convertido em não reembolsável, se demonstrarem o cumprimento das metas e do calendário de execução a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do presente despacho normativo.

3 - O mesmo promotor não pode apresentar nova candidatura antes de decorrido um ano contado desde a data da aprovação da candidatura anterior.

4 - Para efeitos do apoio financeiro aos projetos e iniciativas localizadas nos municípios abrangidos pelos apoios a que se refere a Portaria n.º 807/2008, de 8 de agosto, o Turismo de Portugal, I. P., propõe, na reunião das respetivas Comissões de Obras, a inclusão em cada um dos Planos de Obra de um valor correspondente a, no mínimo, 20 % do total do mesmo, o qual é afeto ao financiamento daqueles projetos e iniciativas, observadas as regras legais aplicáveis.

Condições do incentivo reembolsável

1 - O reembolso do incentivo a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo anterior ocorre no prazo de 7 anos, incluindo 2 de carência.

2 - O incentivo a conceder às empresas é atribuído nos termos e nos limites do regime de minimis.

Despesas elegíveis

São elegíveis as despesas a realizar com:

a) Estudos, projetos e assistência técnica necessária para a preparação da candidatura e para a execução dos projetos, bem como a fiscalização externa da execução dos investimentos, até ao limite de 10 % do valor total das despesas elegíveis;

b) Obras de construção, adaptação, aquisição de bens e de equipamentos diretamente relacionados com o projeto;

c) Despesas com ações associadas à capacitação e qualificação de recursos humanos, sempre que as mesmas não possam, justificadamente, ser promovidas diretamente pelo Turismo de Portugal, I. P., através das suas escolas de hotelaria e turismo;

d) Suportes informativos e/ou de comunicação físicos e/ou digitais multiidiomas, incluindo o desenvolvimento de conteúdos, website, sinalética e ferramentas de apoio à experiência turística relacionadas com as boas práticas no uso dos recursos e das infraestruturas urbanas;

e) Ferramentas de monitorização de resultado, pós implementação do projeto;

f) Outras despesas diretamente relacionadas com os projetos e iniciativas a desenvolver;

g) Intervenção de revisores ou técnicos oficiais de contas externos, no contexto do desenvolvimento do projeto.



João Paulo Catarino, o novo secretário de Estado da Valorização do Interior,

é licenciado em engenharia agrónómica e bacharel em engenharia de produção florestal e, entre 2005 e 2016, foi presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova. De julho de 2017 a Outubro de 2018, exerceu as funções de coordenador da Unidade de Missão para a Valorização do Interior.

Transcrevemos a entrevista realizada ainda quando exercia funções enquanto Coordenador da UMVI – Unidade de Missão para a Valorização do Interior, sendo aqui o mais importante, a garantia que as posições assumidas nesta ocasião terão continuidade no novo quadro governativo.

1. As decisões tomadas pelo governo são as adequadas às necessidades e são suficientes?

O Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI) constitui-se como um instrumento de orientação para a Administração Central e Local, no horizonte temporal de 2022, desenvolvendo de forma integrada um conjunto de medidas e ações, de forte cariz experimental e piloto, capitalizando as complementaridades e sinergias destes territórios e articulando as diversas políticas setoriais em prol de uma estratégia de desenvolvimento para a área em causa. A opção por incentivar dinâmicas colaborativas interinstitucionais inovadoras, cuja execução é coordenada pela UMVI, oferece condições de flexibilidade e funcionalidade adequadas à gravidade da situação do território atingido pelos incêndios e à necessidade de envolver todos os agentes na intervenção urgente do Estado.

Pelo que, o PRPI e as medidas que o compõem são aquelas que, num primeiro momento, se afiguram ser as mais apropriadas face aos objetivos que se pretendem atingir, correspondendo a compromissos que o Governo e as várias áreas de governação que o integram têm vindo a implementar. Contudo, no âmbito da monitorização da execução do PRPI, pretende-se reforçar as condições de suporte de desenvolvimento do Programa, na dupla óptica da melhoria da eficácia e da eficiência das medidas e da pertinência das dinâmicas de resultados e efeitos face aos objetivos fixados, podendo ser efetuados ajustamentos decorrentes da respetiva avaliação.

2. Como vai agir a UMVI para impulsionar a implementação destas medidas?

Em termos operacionais, o modelo de governança adotado, e que esteve também presente na conceção do PRPI, assenta numa articulação concertada e participativa entre o Governo, as autarquias locais, e os agentes locais. O envolvimento das comunidades locais e dos seus representantes é um pressuposto base para que se alcancem os objetivos e os resultados esperados. Neste sentido, as ações e medidas propostas assentam no papel insubstituível das autarquias locais, em virtude da sua especial proximidade às populações e ao efetivo conhecimento do território e das suas vulnerabilidades, bem como de todos os agentes regionais e locais, na medida em que são parte essencial na gestão do território.

3. Quando surgirá o primeiro balanço das decisões agora tomadas?

A implementação do PRPI será alvo de acompanhamento e monitorização, determinando a apresentação semestral de um ponto de situação consolidado sobre a implementação do Programa e, anualmente, um balanço da eficácia e da eficiência das medidas executadas face os objetivos e prazos fixados.



É mais um passo, mas insuficiente

Federação Minha Terra valoriza as iniciativas e as medidas para o Interior,
mas aposta sobretudo em estratégias de continuidade

Maria João Botelho, Presidente da Direcção da Federação Minha Terra

Como todos os Portugueses, temos acompanhado os episódios dramáticos de eventos climáticos extremos e dos incêndios rurais que, ciclicamente e em particular no ano passado e este ano, colocaram no topo da actualidade as imagens de um Portugal rural isolado, envelhecido e abandonado. Este território em risco é o terreno quotidiano de trabalho das Associações de Desenvolvimento Local (ADL). As ADL são em si mesmo mais do que os programas que gerem pontualmente. Estamos a falar de parcerias, entidades e equipas constituídas por pessoas que conhecem bem este espaço no seu dia-a-dia. Não intervêm exclusivamente na urgência, mas sim na continuidade e no longo prazo.

Alterações climáticas e migrações

Na qualidade de agentes de desenvolvimento, podemos afirmar que Portugal não tem contado com todo o potencial dos territórios rurais. O litoral e algumas cidades estão sujeitos a tensões e pressões sociais e ambientais que se agudizam com os impactos das alterações climáticas e de dinâmicas demográficas e migratórias. Enquanto que os territórios mais descongestionados do interior ainda não encontraram modelos de desenvolvimento alternativos e respostas satisfatórias para lidar com a rarefacção institucional e populacional.

As 58 ADL que a Federação Minha Terra agrega, representa e mobiliza são entidades promotoras e gestoras de projectos e iniciativas com destaque para o instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rural (DLBC Rural), herdeiro do Programa LEADER. Com esta experiência, acompanhámos com expectativa a criação da Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI) e a elaboração do Programa Nacional de Coesão Territorial (PNCT), a partir do primeiro trimestre de 2016, cujo balanço e revisão foram divulgados por ocasião da reunião extraordinária do Conselho de Ministros realizada na Pampilhosa da Serra no passado 14 de Julho.

Preocupação transversal e permanente

Obviamente que aplaudimos a reafirmação do interesse pela valorização do Interior. Contudo, acreditamos que o desenvolvimento dos territórios rurais deveria ser uma preocupação transversal e permanente da governação e da sociedade em geral e não só objecto de um programa específico e isolado com medidas pontuais e sectoriais. Aliás, as duas dimensões fundamentais da UMVI, são a transversalidade através de medidas interministeriais e a articulação com os agentes do terreno. Dois desígnios fundamentais para combater uma organização em silos e “quintinhas” da administração e sociedade portuguesas, ainda por cumprir.

Políticas integradas

Defendemos, há muito tempo, a ideia de integração do ponto de vista das políticas, mas também dos agentes que implementam as políticas. Acreditamos nos benefícios das parcerias e do trabalho em rede. É importante privilegiar uma visão estratégica integrada dos problemas e oportunidades destes territórios, que valorize o envolvimento das pessoas e das comunidades, principalmente na concretização das medidas de política. Tão importante como a criação de medidas de política para a valorização do Interior, é termos a capacidade, e possibilidade de antecipar e evitar os impactos que medidas de política de carácter geral podem ter nestes territórios, o que na nova proposta para a Política Agrícola Comum é designado por “rural proofing”.

Valorizar das ideias e as comunidades

As 65 medidas agora apresentadas são mais um passo, mas que ainda é insuficiente. A valorização do interior, começa pela valorização das ideias, da capacidade de iniciativa e de participação colectiva destas comunidades. Tão importante como criar novas medidas e estruturas, é importante fortalecer e lubrificar as que têm estado permanentemente no terreno no apoio ao desenvolvimento local....



#2º tema

ALDEIAS PROCURAM NOVAS VIAS PARA A SUSTENTABILIDADE



TOP-AGRI!

Reportagem e estudo de caso em São Miguel de Machede

AJUDAMOS QUEM SE AJUDA A SI PRÓPRIO

S. Miguel de Machede. Évora. Alentejo. A educação como porta de entrada para o desenvolvimento sustentável.

Visitámos a vila, fomos à Escola Comunitária, reunimos com os dirigentes e técnicos da Associação de Desenvolvimento, conversámos com o Presidente da Junta de Freguesia, presenciámos demonstrações de jogos tradicionais e passeámos pelas ruas e praças na companhia de jovens e de residentes mais idosos. Ficámos com uma convicção: aqui as coisas não acontecem por acaso, há uma sabedoria co-construída que dá força à inovação, dito de outra forma, faz crescer as sementes lançadas à terra.





Entrámos num dos cafés do centro da vila, pedimos um reforço ao pequeno almoço madrugador tomado à pressa nas terras do Oeste e logo ali, numa primeira troca de impressões com Bravo Nico, sentimos a Escola Comunitária de S. Miguel de Machede como uma instituição popular e próxima das pessoas. No fundo, a gentileza, o acolhimento caloroso, as gargalhadas partilhadas, as palavras de cumplicidade, o humor subtil, a sensação de bem-vindo, todos os gestos do momento anunciavam uma jornada de afectos e de braços abertos para uma conversa sem fim.

E assim foi. Mas antes de entrarmos naquele universo aparentemente simples, tivemos que captar e organizar no nosso quadro de referências as diversas variáveis incontornáveis da nomenclatura local.



SUÃO – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Das denominações adoptadas pelas associações de desenvolvimento, em áreas delimitadas do território nacional, com lógicas de intervenção de proximidade, a mais corrente é a de desenvolvimento local. A opção pela presença da comunidade no próprio nome da estrutura associativa não será inocente. Foi à procura de abordagens especificamente comunitárias, que nos movemos por entre organizações e pessoas ao longo na nossa jornada micaelense. A nossa intenção era prioritariamente observar e ouvir, de forma atenta e interessada. E a pergunta inevitável teve que surgir. Porquê SUÃO?

A explicação veio directamente da instituição, que adianta: "O nome tinha que transmitir uma mensagem de esperança e de capacidade empreendedora. SUÃO remete-nos para a fatalidade do vento que nasce na fornalha africana e nos rouba a água e a frescura. Mas SUÃO é também um dos ventos que, como qualquer outro, faz girar as pás dos moinhos, possibilitando a transformação do cereal em farinha. Por outro lado, SUÃO é o título de uma obra referencial da cultura alentejana escrita por Armando Antunes da Silva (1921-1997), na qual se descreve a eterna luta do(a) alentejano(a) contra uma natureza e uma circunstância social adversas".

Os fundadores e dinamizadores da associação são categóricos na apresentação que fazem da associação nos seus espaços de comunicação: "Para nós, SUÃO traduz a luta do Alentejo, na qual a capacidade de resistência e de criatividade do(a) alentejano(a) sempre se conseguiu sobrepôr a uma Natureza rude e mínima e a contextos políticos, sociais e económicos esvaziadores de pessoas, oportunidades e esperanças. Era esta a nossa mensagem: **fazer o máximo com o mínimo; construirmos as nossas vidas, aqui, com estas pessoas, neste tempo**".

ESCOLA COMUNITÁRIA DE SÃO MIGUEL DE MACHEDE

Uma escola comunitária porquê e para quê? Uma escola tout court não é suficiente? O que distinguirá esta de outras escolas que podemos encontrar nos territórios de norte a sul do país?

Estas e outras interrogações acompanharam-nos ao longo da jornada e sabíamos que a exploração temática do conceito e das práticas concretas iria ser particularmente apaixonante.

Fomos acolhidos nas instalações da escola e reunimos numa área de cozinha que também serve de espaço de refeições. Ao sentarmo-nos estávamos a obter, informalmente, as primeiras respostas.

O funcionamento da Escola assenta, como nós é indicado na sua apresentação formal, “no modelo de aprendizagem PADÉCA (BERBAUM, 1988). Todas as actividades de aprendizagem giram em torno de quatro vértices fundamentais: a promoção de atitudes positivas face à aprendizagem como instrumento de desenvolvimento humano e de relação interpessoal, a

construção de projectos de aprendizagem inclusivos, a gestão comunitária das situações de aprendizagem e a auto-avaliação positiva”.

Escola e prazer não são incompatíveis e ela deve ser de todos e para todos. Dito de outra forma, pelos próprios conceptores e dinamizadores: “Qualquer que seja o objecto de aprendizagem para onde possam convergir as atenções da nossa comunidade, ele deverá reunir sempre as quatro características, que consideramos básicas: deve ser algo que, à partida, dê prazer aprender (as atitudes e a felicidade); deve ser possível construir um percurso de aprendizagem, em que todas as gerações possam participar (o projecto e o espírito comunitário); deve proporcionar situações de aprendizagem que todos possam aproveitar, de acordo com as suas características e gostos pessoais (a personalização); no final, todos devem sentir que valeu a pena participar e concluir que a aprendizagem teve uma consequência positiva na sua vida (a auto-avaliação)”.

A Escola Comunitária de São Miguel de Machede foi fundada em 1998 e tem as suas instalações na Rua de Évora, nº 7.

O objecto da aprendizagem deve ser algo que, à partida, dê prazer aprender (as atitudes e a felicidade).



UNIVERSIDADE POPULAR TÚLIO ESPANCA

O modelo mais vulgarizado das estruturas de educação popular ou de educação informal e não – formal para adultos nos territórios são as Universidades ou Academias Seniores, muitas delas agrupadas na RUTIS, uma rede nacional que articula iniciativas e actividades comuns ao conjunto de organizações dessa área da educação de adultos dirigida prioritariamente aos setores mais idosos das populações locais.

Por sua vez, as Universidades Populares em Portugal estão principalmente ligadas às correntes sindicais, operárias, republicanas, anarquistas e socialistas de finais do século 19 e de princípios do Século XX (veja-se o excelente artigo, na APRENDER, de António Simões do Paço, de janeiro 2011).

Já em Espanha, a Rede Nacional de Universidades Populares com mais de 200 membros assume a coordenação das actividades de organizações de base municipal que para além das vertentes mais educativas estabelece o desenvolvimento cultural e o bem-estar das populações locais como base de actuação, estando conotadas com as correntes sociais e solidárias que actuam nos territórios de Espanha.

A Universidade Popular Túlio Espanca – a denominação homenageia o historiador Túlio Espanca, primo da poetisa Florbela Espanca – desenvolve o seu projecto numa base muito peculiar já que tem assento numa Universidade Pública – a Universidade de Évora – e ramifica a sua acção em diversos pólos – Alandroal, Viana do Alentejo, Portel e Reguengos de Monsaraz– tendo por ponto de partida o modelo de funcionamento da Escola Comunitária de S. Miguel de Machede.

Uma rede de espaços de aprendizagem, de educação popular, com um modelo de funcionamento baseado numa experiência local, que foi objecto de uma transferência criativa e sedeadada numa Universidade pública, eis um modelo peculiar marcado pela especificidade quer da sua génese e quer do seu posterior desenvolvimento.

A Universidade Popular e a educação não-formal. Oportunidades de aprendizagem:

“A Universidade Popular Túlio Espanca privilegia o recurso a dispositivos de formação concebidos e concretizados através de abordagens educacionais de âmbito não-formal, isto é, não conducentes a certificação formal com reconhecimento escolar e/ou profissional. Assim sendo, serão disponibilizadas, à população oportunidades de aprendizagem organizadas em torno de cinco grupos distintos de ofertas:

JANELAS CURRICULARES DE APRENDIZAGEM LIVRE: As Janelas Curriculares de Aprendizagem Livre são oportunidades de participação da população em algumas das actividades de aprendizagem formal disponibilizadas pela Universidade de Évora, no âmbito da sua oferta formativa regular, previamente definidas pelos docentes responsáveis pelas unidades curriculares em que as mesmas ocorrem e oportunamente divulgadas, no âmbito do projecto educativo da Universidade Popular Túlio Espanca, para cada ano lectivo.

CURSOS BREVES: Os Cursos Breves são oportunidades de formação de curta duração concebidas e concretizadas, de acordo com interesses e necessidades individuais ou institucionais e adaptadas aos recursos existentes, em cada momento, na Universidade de Évora e nas instituições parceiras, caso existam.

ACÇÕES SINGULARES: As Acções Singulares são oportunidades de aprendizagem de cariz pontual, que assumem vários formatos (Palestras, Conferências, Seminários, Mesas-Redondas, etc.).

VISITAS DE ESTUDO: As Visitas de Estudo são oportunidades de aprendizagem que pressupõem a deslocação dos participantes até junto do objecto da respectiva aprendizagem. As Visitas de Estudo poderão ocorrer dentro da própria Universidade de Évora ou no seu exterior.

OUTROS FORMATOS: Podem ocorrer outros dispositivos de formação com geometria funcional e temporal diversificada, sempre que as circunstâncias o aconselhem e as condições o permitam”.



Se a Educação é um direito humano elementar, a Aprendizagem ao Longo da Vida é um imperativo necessário a um harmonioso desenvolvimento humano, cultural, social, técnico e económico

*Se houvera quem me ensinara, quem aprendia era eu...
(cancioneiro popular alentejano/Moda Rama da Oliveira)*



O CIRCUITO DA ALDEIA

Dar uma volta pela aldeia. Bem, a ideia não é peregrina. Certamente os visitantes irão conhecer a localidade, o seu património e as suas singularidades. Mas alto! Não é só isso. Trata-se de uma proposta mais do lado da aprendizagem do que do turismo entendido como um conjunto de movimentações no território focado mais na oferta do que na procura. Neste “itinerário de aprendizagem” o usufruto da oferta é apenas um pretexto ou uma base para algo bem mais completo que tem que ver com um processo de aprendizagem que estabelece pontes entre o visitante e a comunidade local.

A fundamentação do Circuito da Aldeia surge da seguinte forma: “São Miguel de Machede possui um património natural que deve ser visitado. Na nossa comunidade ainda acontecem momentos que vão desaparecendo a cada dia: a senhora que faz bordados; o pastor que guarda o seu rebanho; o hortelão que cultiva a sua horta. Assim, os estudantes do 1.º Ciclo poderão conhecer os vários locais de São Miguel de Machede, aprendendo com os habitantes desta pequena vila algumas das aprendizagens que apenas realizam em contexto

de sala de aula. Os territórios de matriz marcadamente rural são, na actualidade, autênticas reservas de um património cultural em acelerado processo de mudança e de perda.

Agricultura familiar e de subsistência, a pequena indústria artesanal, o comércio de proximidade, a presença activa e significativa das instituições, a relação de vizinhança daqueles que estão juntos diariamente, a natureza envolvente e a pequena escala de todas as dimensões da vida, fazem com que os territórios rurais continuem a ser espaços e tempos vitais de características únicas.

Num mundo cada vez mais urbano, as aprendizagens dos mais jovens contemplam, cada vez menos, a presença naqueles contextos de pequena escala e de grande proximidade humana e relacional. É neste quadro de pensamento que surge o projecto do Circuito de Aldeia, como uma oportunidade de aprendizagem do mundo rural destinada a todos os jovens e respectivos pais e professores, que pretendam conhecer e experimentar as vivências únicas das pequenas comunidades rurais”.



Baseada numa estreita relação com o território, a cultura característica do mundo rural assume, nas suas diferentes manifestações, peculiaridades específicas dos ambientes geográficos, sociais, etnográficos e humanos em que se encontra mergulhado.

Os territórios de matriz marcadamente rural são, na actualidade, autênticas reservas de um património cultural em acelerado processo de mudança e de perda.



Uma linguagem própria para dar sentido local às iniciativas e as marcar com um cunho identitário único e peculiar:

Gabinete do Desenrascanço Estudantil

O Gabinete do Desenrascanço Estudantil, enquadrado no Programa de Bolsas de Estudo “Flamiana Salgueiro”, surge no ano 2000, por iniciativa da Suão/Escola Comunitária de São Miguel de Machede (Évora). O projecto, baseado no modelo de aprendizagem PADéCA de Jean Berbaum, assenta nos conceitos de mentorado (apoio de estudantes a estudantes) e de mediação (contacto intermediado entre

as famílias e as escolas) e é gratuito para os participantes. No entanto, não abdica de algumas contrapartidas de natureza comunitária e intergeracional, uma vez que os jovens retribuem o apoio, organizando actividades destinadas a toda a comunidade.

Objectivo quantitativo: zero reprovações, zero abandonos escolares.

Serão do sermão

O Serão do Sermão ocorre num ambiente completamente familiar. No auditório da Escola, são abordados assuntos tão atuais como o Ambiente (explicando o que são um vidro e um papelão) ou tão académicos como a vida dos alunos universitários (assunto pertinente, já que a nossa vila tem alguns alunos universitários). Normalmente,

a palestra é a componente teórica de um projecto, que envolve sempre uma actividade mais prática como uma visita de estudo ou um trabalho de campo, de âmbito comunitário. Os oradores são, normalmente, pessoas da nossa terra, que têm algo para nos ensinar.

Futuração

O Teatro intitulado “Futuração” é o nome mais alargado de um conjunto de iniciativas.

No teatro, participam vários jovens que vestem a pele de vários personagens pertencentes a grupos de jovens bastante diferentes em termos de ideias, mas que depois

encontram pontos comuns. Esta iniciativa é realizada utilizando a ideia de um jogo pedagógico levado a cabo pelo Instituto de Drogas e Toxicoddependências, localizado em Évora.

Cantinho das Senhoras

Todas as semanas, à Quarta – Feira, um grupo de senhoras reúne-se na sede da SUÃO.

Nestes encontros realizam-se várias actividades, tais como: ler, fazer renda, tricot e, principalmente, conversar,

trocar experiências e conviver. Estes convívios são sempre acompanhados de um pequeno lanche e, quem o entender, pode trazer bolinhos.

A participação está aberta a todas as senhoras e é gratuita.

Eco-Pernas

O Eco-Pernas era um ecoponto móvel que, periodicamente, se deslocava a casa de todos os micalenses, que nele podiam depositar o papel e as pilhas que acondicionavam convenientemente. Este projecto não se encontra em funcionamento, uma vez que foram colocados vários

ecopontos em locais estratégicos da vila.

Este projecto foi distinguido, em 2000, pela ANEFA, com o Prémio S@ber +, instituído no âmbito do Concurso Nacional de Boas Práticas de Educação e Formação de Adultos.

Gabinete da Papelada

O Gabinete da Papelada é um espaço de Solidariedade Social. O funcionamento deste serviço é simples: desde Janeiro de 1999, que quem tem um problema qualquer, que não consiga resolver pelos seus próprios meios, pode recorrer ao Gabinete da Papelada da SUÃO. Ali é recebido por duas funcionárias que tomam nota do caso. Seguidamente, se o assunto for de índole burocrática (segurança social, bancos, licenças, escrever uma carta,

pedir uma informação, etc.), o assunto é remetido para um(a) jovem que estude ou trabalhe em Évora, para que este(a) o resolva. O cidadão fica com o seu problema resolvido e o(a) jovem aprendeu a movimentar-se nos, por vezes complicados, meandros da burocracia.

Objectivo: Solidariedade inter-geracional no seio da nossa comunidade.

Brigada da Léria

A SUÃO dinamiza o projecto a “Brigada da Léria”.

Com a ajuda de uma equipa de voluntários, a SUÃO pretende prestar apoio a todos os micalenses que se sintam um pouco mais isolados.

Todos os que vivem sozinhos, que se sintam sós, por estarem doentes, de luto, viverem longe, afastadas do centro da localidade, não se podendo deslocar, vão ter o apoio directo de uma equipa de voluntários.

Janela do Coração

A Janela do Coração é uma valência da Escola Comunitária que tem como objectivo assegurar a toda a população um espaço de prevenção e de auto-controlo da saúde.

A medição da tensão arterial é uma das principais actividades que são desenvolvidas, em estreita parceria com a médica de família.

Palavrão – Sistema Comunitário de Construção, Transporte e Leitura de Palavras

Transporte e Leitura de Palavras” consiste num conjunto de actividades que assumem o propósito de promover a produção literária e a leitura no seio da comunidade de São Miguel de Machede. Nesse contexto, a produção, distribuição e utilização de material de leitura por parte

dos micaelenses é uma das principais estratégias a privilegiar (retomando uma prática, ainda na memória de todos, que nos foi deixado pela Biblioteca Itinerante da Fundação Calouste Gulbenkian).

Brigada assinatura

O projecto nasceu da constatação de que cerca de vinte micaelenses não conseguiram efetuar a sua assinatura num abaixo-assinado realizado no ano 2001, aquando do período de discussão pública do projecto de construção de uma estrada. A essência do projecto não se confinou exclusivamente à aprendizagem da assinatura, mas pretende transformar essa aprendizagem num

acontecimento catalisador de uma nova atitude face à educação e à mudança, tentando-se que, através da realização desta actividade, nasçam outros projectos individuais de aprendizagem, que envolvam outros níveis mais complexos, como por exemplo o da leitura e da escrita.

Teatro Comunitário – “Quim Chico, de pastor a salvador do Mundo”

A peça “Quim Chico, de pastor a salvador do Mundo”, contava a história de um pobre pastor de Nossa Senhora do Esquecimento, que por entre o pastorear das suas ovelhas sonhava em acabar com a crise económica mundial... Através da direcção da Sociedade Recreativa da sua terra, Quim construiu grandes obras arquitectónicas e depressa foi eleito pelo povo Deputado na Assembleia da República Portuguesa. Com a sua capacidade criativa e prática de resolução de problemas, Quim apresentou à Sr.ª Primeira – Ministra, Dr.ª Mari Lou, a solução para a crise: a “Saquinha Jeitosa”! Depois de uma reunião extraordinária com a Sr.ª Primeira – Ministra e todos os Deputados, decidiu-se que Quim deveria representar Portugal na Cimeira Europeia. Foi nesta Cimeira que Quim apresentou a sua solução para o combate à crise e foi proclamado Salvador do Mundo!



A Educação e a Formação são pedras angulares da ação comunitária



Falámos com Bravo Nico e com Lurdes Prata Nico sobre o projecto de aldeia e em particular sobre os elementos estruturais que poderão eventualmente ser replicados para outros contextos de intervenção, na óptica do desenvolvimento local sustentável. Não é fácil introduzir a matéria da transferência de inovação interterritorial junto daqueles que têm como base fundamental da sua acção local as especificidades dos territórios e as suas gentes concretas. Mas aqui não surgiu qualquer proibição de transferir soluções aqui desenvolvidas para outros territórios. A recomendação é simples: o copy-paste não funciona, mas soluções bem adaptadas a contextos específicos devem fazer o seu caminho sem qualquer hesitação.

Como surgiu a Escola Comunitária?

A Escola Comunitária de São Miguel de Machede (projeto da SUÃO/Associação de Desenvolvimento Comunitário) foi fundada em 1998.

A iniciativa tem por objectivo promover um **modelo de desenvolvimento humano e social baseado no recurso à educação das pessoas**, privilegiando os contextos não formais de aprendizagem, a cooperação intergeracional e a valorização dos recursos endógenos na construção de respostas para os seus problemas individuais e coletivos.

Qual é o elemento marcante da dinâmica da Escola?

Sem dúvida, o envolvimento e a participação de todos os membros da comunidade, independentemente das suas circunstâncias pessoais, profissionais, culturais ou escolares.

Desde 1998, na freguesia de São Miguel de Machede (localizada no município de Évora/Portugal), a Escola Comunitária local – um dos projetos da SUÃO-Associação de Desenvolvimento Comunitário – tem vindo a construir e a concretizar um **modelo endógeno de desenvolvimento local, no qual se valorizam, em simultâneo, os conhecimentos académicos dos mais**

jovens e os conhecimentos experienciais dos adultos da comunidade.

Esse modelo implica intervir em vários domínios, para além da educação propriamente dita?

Sim. O projeto da Escola Comunitária de São Miguel de Machede abrange áreas como a saúde, o trabalho (nomeadamente, o trabalho jovem e qualificado), a solidariedade, o empreendedorismo social e económico, a informação, a cultura e a educação.

E sendo uma escola, as aprendizagens aqui realizadas têm por base métodos diferentes dos que prevalecem nas escolas convencionais?

O modelo pedagógico assume a educação não formal, a cooperação intergeracional e a participação e a valorização dos recursos humanos locais como elementos estruturantes, no pressuposto de que a construção local de respostas inovadoras para os desafios e os problemas da comunidade contribuem para a edificação de competências territorializadas que, pela sua natureza endógena, contribuirão para



fortalecer as capacidades individual e coletiva e para a respetiva sustentabilidade.

As competências colectivas territorializadas que referem também se refletem na evolução da economia local?

Ao longo dos 20 anos da sua existência, a Escola Comunitária de São Miguel de Machede tornou a educação não formal uma das principais fileiras do desenvolvimento local da comunidade micaelense e uma das principais atividades económicas da freguesia.

A SUÃO assumiu a educação e a formação como pedras angulares da sua ação comunitária e como instrumentos privilegiados para a promoção do desenvolvimento humano, social e económico de São Miguel de Machede. Nestas duas décadas de vida da instituição, além da Escola Comunitária, foram desenvolvidos vários projetos (cf. www.suao.pt/ <https://www.facebook.com/suao.associacao/>).

Uma equipa e uma comunidade preparadas para o que der e vier

Foi à volta da mesa redonda que conversámos. Primeiro com a equipa, depois com um pequeno grupo de membros da comunidade que são animadores de projectos locais e finalmente com o Presidente da Junta de Freguesia, que tem uma ligação muito intensa com a Escola Comunitária.

Todos contribuíram para uma visão panorâmica das actividades que a Associação Suão dinamiza. A Escola Comunitária é central e os projectos podem estar associados à escola ou não. Mas a dinâmica é sempre comunitária. São como riachos, correm em ziguezague, mas acabam por ir ter todos ao mesmo ponto fulcral: a comunidade local. A Daniela, com 25 anos, é técnica Superior de Serviço Social; a Vanessa, mais especializada nos temas da educação (é Mestre em Educação Social) e a Maria, de 24 anos, que tem uma formação de base em sociologia,

colaboram como voluntárias; o Flávio, de 21 anos, está a estagiar para concluir a sua formação em audiovisuais; a Patrícia tem 35 anos (é Mestre em Psicologia Educacional) e acompanha o projecto desde os seus 14 anos; e, finalmente Lurdes Bravo Nico, que percorre todos os temas do desenvolvimento local e da educação comunitária como se estivesse a falar de si própria, da sua família, das suas paixões. Doutorada em Ciências da Educação, Lurdes reparte o seu tempo, aliás como o seu companheiro Bravo Nico, entre a Universidade de Évora e São Miguel de Machede.



Luís Ramalho, Presidente da Junta



Gregório Galeano; Joaquim Ramos



Cesária Pencas



João

Grupo de animadores, membros da comunidade

O Gregório Galeano, de 72 anos, que andou pela construção civil, a Cesária Pencas, de 88, que trabalhou em fábricas e no campo e o Joaquim Ramos, com 71 anos, que fez um percurso profissional ainda mais diversificado tendo guardado gado, trabalhado na construção civil, na GNR, na Santa Casa da Misericórdia e em armazéns. Uma equipa de luxo para nos dar a conhecer o Circuito da Aldeia que, no final, foi resumido da seguinte forma pelo João, de 13 anos, que frequenta o 8º ano e que tem uma ligação à SUÃO de 4 ou 5 anos e é o mais jovem dos acompanhantes, em colaboração com o Pedro Baleizão:

“ O Circuito da Aldeia é um passeio que fazemos em convívio. Conhecemos melhor a Adegas, onde podemos ver como se faz o vinho e os instrumentos de auxílio que são necessários para o fazer. Depois passeamos pela vinha para conhecer um pouco do espaço e também as diversas castas de uva. Vem o almoço, normalmente uma sopinha de tomate. Quando acabamos de comer vamos às Bicas. Aí fazemos algumas atividades como lavar a roupa e às vezes ainda dá para um mergulho. Jogamos à Bola do Aro com os amigos Gregório e Joaquim. O Circuito é assim.”

Voltar a ter escola primária

Luís Ramalho, de 43 anos, topógrafo, é o Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Machede. Falou-nos com entusiasmo de vários projectos, da Escola de Música, da produção biológica de hortícolas e frutícolas, dos Caminhos de Santiago, do Orçamento Participativo, das casas para jovens e do emprego local.

“Queremos fazer da educação algo de muito especial. São Miguel de Machede vai querer atrair pessoas, de Évora e de outros pontos do país, na base de um projecto de educação que seja verdadeiramente único e que prima pela qualidade. O nosso objectivo é voltar a ter escola primária a funcionar na vila”

Ideias e iniciativas que vão sendo partilhadas e nas quais a SUÃO certamente irá ter algum papel a desempenhar.





JOGO BOLA DO ARO

Bola para a frente, bola para trás, Gonçalo e Joaquim, anciãos de Machede, regressam aos tempos da meninice para nos explicar em que consiste afinal o jogo da Bola do Aro.

Então é assim: enterra-se o espigão do aro até ao fundo, risca-se o chão ao comprido para não haver dúvidas de que a coisa é a sério, passando (detalhe importante!) o risco pelo aro. Faz-se finalmente rolar a bola, não com os pés que esta é dura que se farta, mas batendo-a com uma plaquinha de madeira tipo críquete; o resto é um pouco de jeito, alguma prática, uma certa sabedoria tática à Mourinho, conjugada com boa disposição, e temos tudo o que é necessário para passar a tarde em S. Miguel de Machede na melhor companhia e aproveitando o belo dia de sol que se faz sentir.

Mais uma mirada de lince no aro, pancada seca na bola a ver se ela entra dentro do círculo de ferro - 'O terreno é muito mole', queixa-se o Gregório a ver a redondinha perder velocidade antes de alcançar o alvo - e enquanto um joga o outro evoca os velhos tempos em que se viam crianças correr pela aldeia, em que se brincava nas ruas e a escola primária estava ainda em funcionamento.

'Quem é que hoje sabe o que é um pião?', pergunta o Joaquim, com ele a rolar na palma da mão. 'Quem é que quer saber disto? Ninguém'', responde ele a encolher os ombros. E eu que estava cheio de vontade de pôr à prova a pontaria na Bola do Aro, ouvi com desilusão o Gregório pedir a desforra. 'O sr. fotógrafo, saia lá da frente que não é permitido entrar no terreno de jogo!' Era já a segunda mão da final do Campeonato Machedense de Bola do Aro que estava prestes a começar.





Aldeias Históricas de Portugal: UM TERRITÓRIO NATURALMENTE SUSTENTÁVEL

As 12 Aldeias Históricas de Portugal, com origens em tempos imemoriais, estão situadas no interior Centro de Portugal, distribuídas por 10 municípios. A sua localização, em pontos estratégicos, concedeu-lhes uma importância decisiva no alvar da nacionalidade. Por aqui, lutaram os primeiros portugueses contra leoneses, castelhanos e mouros. Por aqui, pelejaram também, séculos mais tarde, portugueses e ingleses contra franceses. A monumentalidade patrimonial das 12 aldeias é o testemunho mais fiel da importância do seu passado.

Foi por aqui, também, que se aprendeu a conviver em rede, numa partilha de recursos a muitos níveis percussora. Quem descobre Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha e Trancoso facilmente se apercebe das características comuns destas 12 Aldeias Históricas, que as ligam numa rede que realça a sua identidade própria. As Aldeias Históricas de Portugal são também um exemplo e uma referência de sustentabilidade no nosso país, muito antes de este conceito se ter tornado uma prioridade a nível global.

As especificidades desta região levaram à criação, em 1995, do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas, no qual estavam inseridas inicialmente as aldeias de Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares

da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha. A este projeto foram acrescentadas, em 2003, Belmonte e Trancoso, completando assim o conjunto de 12 aldeias.

O Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal é uma das intervenções mais emblemáticas no património rural do interior do país, tendo congregado os esforços de entidades diversas, nomeadamente o antigo IPPAR (Instituto Português do Património Arquitetónico), a Comissão de Coordenação da Região Centro, as autarquias locais e entidades privadas. O principal objetivo foi travar problemas do interior, como o envelhecimento, a desertificação populacional ou a fraca capacidade produtiva da região, criando condições para dinamizar o seu potencial turístico, de forma sustentada e sustentável.

A intervenção nas Aldeias aconteceu a vários níveis, como a recuperação de património, investimentos públicos e privados em infraestruturas e equipamentos turísticos, promoção e divulgação e animação das economias locais.

Deste esforço conjunto, resultou a rede das Aldeias Históricas de Portugal (AHP), gerida, a partir de 2007, pela Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal, de direito privado e sem fins lucrativos. Esta é a responsável pela gestão de toda a rede, assumindo assim uma função de charneira na consolidação de um território que se

perspetiva, a médio prazo, como um dos primeiros destinos certificados de turismo sustentável em Portugal.

A missão principal da AHP é estabelecer linhas de progresso sustentado para toda uma região. Um objetivo que passa pela valorização dos recursos endógenos e pela interligação dos diferentes setores tradicionais, de forma a que seja cada vez mais gratificante visitar e viver nos territórios abrangidos pela rede.

A AHP constitui-se como um elemento impulsionador de estratégias de sustentabilidade, tendo assumido o desafio de desenvolver uma estratégia integrada e integradora para o período 2014–2020, que denominou de Estratégia de Eficiência Coletiva das Aldeias Históricas de Portugal para 2020 (EEC AHP 2020). Assente nos domínios definidos pela Estratégia Europa 2020 – Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável e Crescimento Inclusivo – a EEC AHP 2020 estabelece como referencial estratégico das Aldeias Históricas de Portugal afirmar um território sustentável e pioneiro no seu contributo para o crescimento verde.

A estratégia definiu seis eixos prioritários, a saber: Investigação, Desenvolvimento e Inovação no Turismo; Inovação Rural, Valorização e Dinamização das Cadeias de Valor dos Recursos Endógenos; Inovação Territorial – Aldeias Históricas Sustentáveis e Inteligentes; Mobilização e Capacitação dos Agentes;



Animação, Comunicação e Promoção; e Avaliação e Monitorização.

Do ponto de vista prático, estão em curso diferentes projetos que entroncam nos seis eixos prioritários – projetos que corporizam a estratégia definida e que são estruturantes na lógica do desenvolvimento sustentável de longo prazo. Entre os principais, destacam-se:

a) Instalação do projeto em rede das Redes Wi-Fi: cumprindo deste modo a premissa do crescimento inteligente, uma vez que vem dar corpo a uma estratégia que pretende tirar partido das novas tecnologias nas suas mais variadas vertentes (estimular o empreendedorismo, contribuir para a inclusão, para o crescimento verde, para a atração de novos investidores, mas também para possibilitar que as comunidades locais tenham acesso a uma melhor qualidade de vida);

b) Turismo Acessível: “Aldeias Históricas de Portugal for All”. Desenvolveu-se uma candidatura que visa tornar as Aldeias tendencialmente acessíveis e inclusivas;

c) Certificação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal como destino turístico sustentável: Implementação do Referencial Normativo Internacional BIOSPHERE DESTINATION. A certificação deverá acontecer ainda este ano;

d) Cycling/Walking. A Rede das AHP conta com a maior rota do país (GR22-Aldeias Históricas de Portugal), com

600 quilómetros e que liga as 12 Aldeias por trilhos em terra batida. A AHP apostou igualmente numa rede de Pequenas Rotas, estando neste momento cada aldeia apetrechada com uma ou mais pequenas rotas. Ainda este ano vai avançar a Rede de percursos cicloturísticos. Submeteu-se ainda uma candidatura com a Junta de Castela e Leão e a Diputación de Cáceres, com o objetivo de se ampliar a GR22 para Espanha, bem como se trabalhar o conceito da Rede AHP na zona de fronteira de Espanha.

e) Gastronomia/enoturismo. Está a ser efetuado um levantamento exaustivo da gastronomia identitária, com vista à ativação de novas produções no prado, possibilitando novos negócios e novos programas turísticos ao longo do ano;

f) Programa de animação: Considerando a necessidade de se constituir um calendário permanente de animação nas AHP que crie atratividade e notoriedade ao território ao longo de todo o ano, o ciclo de eventos 12 em Rede Aldeias em Festa consiste num evento em rede, com programação única e exclusiva a partir de uma matriz comum, que sugere um percurso e experiência imersiva na vida das Aldeias, na sua História, estórias, património físico e simbólico, mas também com um programa de hospitalidade turística com uma participação ativa da comunidade de acolhimento, garantindo uma verdadeira imersão na vivência de cada aldeia num ambiente descontraído, festivo e “familiar”;

g) Programa Ser Aldeia Histórica de Portugal: O Programa Ser AHP consiste num conjunto de ações de envolvimento, que consiste na mobilização capazes de agentes públicos e privados, bem como ad comunidade local, com vista a informar, sensibilizar e fornecer competências que permitam, de forma coletiva, atingir os objetivos preconizados na Estratégia para se atingir o almejado desenvolvimento sustentável.

Quem vem às Aldeias Históricas, vem à procura de uma matriz natural, de um equilíbrio entre a biodiversidade e a ação cultural do homem – lugares de encantamento de onde emana uma paz natural e uma energia positiva. Esse é o capital destes territórios e deve por isso ser preservado.

Mas preservar estas paisagens físicas e humanas não passa por colocar uma redoma isolante, por musealizar as terras. É fundamental garantir um futuro sustentado economicamente, mas sem colocar em causa a personalidade de um território e o seu equilíbrio natural. As gentes que aqui vivem, que aqui querem viver, são o verdadeiro motor da região – sem elas, não há Aldeias Históricas!

Mais informações em:
www.aldeiahistoricasdeportugal.com
facebook.com/ALDEIAHISTORICASDEPORTUGAL
twitter.com/AHistoricasPT
instagram.com/aldeiahistoricas
youtube.com/user/AldeiasHPortugal
flickr.com/photos/aldeiahistoricasdeportugal/albums
www.aldeiahistoricasdeportugalblog.pt

#Aldeias de Montanha

Uma Rede em alargamento



1. A Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha (ADIRAM) foi criada em 2013. Quais os objetivos inerentes à sua criação?

O projeto piloto iniciou-se, numa 1.ª fase, exclusivamente com aldeias do município de Seia, mas agora, na fase de alargamento, a rede passou a integrar aldeias de todos os concelhos que fazem parte do Parque Natural da Serra da Estrela, como por exemplo: Gouveia, Celorico da Beira, Manteigas, Guarda e Covilhã, bem como outros concelhos com forte ligação identitária à Serra da Estrela, nomeadamente o Fundão, Fornos de Algodres e Oliveira do Hospital, num total de 9 municípios e 41 aldeias.

A ADIRAM tem como principais objetivos a promoção do desenvolvimento turístico e integrado da Rede das Aldeias de Montanha (RAM), através da adoção de uma postura sustentável, integrada, inovadora e criativa.

A sua atividade está focada num conjunto de funções que permitem cobrir vários âmbitos de atuação, como sejam: a promoção e execução de projetos turísticos que contribuam para a dinamização da RAM e da sua própria capacitação; Fomentar e apoiar a criação de novas empresas em setores tradicionais, onde existam vantagens competitivas e diferenciadoras, facilitando assim a fixação de pequenas empresas na região, através da valorização e formação dos seus recursos humanos e da inovação;

Valorizar a paisagem natural e ambiental e o património cultural material e imaterial das Aldeias de Montanha como referência na afirmação da identidade do território da serra da Estrela;

Atuar como entidade geradora de consensos e aproximação de interesses com vista ao desenvolvimento da Rede das Aldeias de Montanha enquanto produto turístico e enquanto projeto de desenvolvimento local, comunitário e inclusivo.

2. Qual considera ser o grande desafio desta Rede de Aldeias?

A ADIRAM, entidade que gere a rede a uma escala supramunicipal e a qual tenho o privilégio de presidir na qualidade de Presidente da direção, deve potenciar o desenvolvimento de sinergias promovendo parcerias e interações entre as partes direta ou indiretamente interessadas no projeto, sejam elas de dentro ou de fora do território. O projeto Aldeia de Montanha deve distinguir-se pela criação de redes de cooperação que fomentem lógicas de “coopetição” em que o todo é mais eficiente que a soma das partes.

As autarquias locais da serra da Estrela têm aqui especiais responsabilidades, mas também os agentes locais de natureza privada ou associativa cabendo-lhes o desafio de inovarem e desenvolverem uma gama alargada de produtos e serviços de “aldeias de montanha”, sólida e competitiva, com forte potencial de penetração nos mercados, o turístico, mas não só.

Juntos, tenho a certeza, conseguiremos alicerçar e projetar uma Rede de Aldeias de Montanha forte e coesa. Na prática, o grande desafio da RAM é a criação de uma identidade supramunicipal; também a marca “Aldeias de Montanha”,

alicerçada no vasto território da serra da Estrela, pode ser uma oportunidade.

3. Quais as características transversais das aldeias que pertencem à rede de Aldeias de Montanha?

As Aldeias de Montanha que integram a rede partilham em comum a identidade de montanha. É a Serra da Estrela e a sua geografia, que condicionam a dimensão vivencial que é o reflexo das heranças do passado, das vivências do momento presente e das expectativas de futuro das comunidades “serranas”.

É esta identidade que é reforçada pela partilha de valores culturais semelhantes entre as aldeias, expressa em patrimónios, costumes e tradições, que as comunidades locais tão bem têm conseguido valorizar ao longo dos tempos, que a ADIRAM deverá ser capaz de potenciar, construindo uma marca inovadora que se traduza num novo olhar sobre a serra da Estrela, promovendo a preservação, o desenvolvimento e a experiência das tradições, da cultura, do saber fazer e de uma beleza natural inigualável.

Uma marca que seja o começo de uma reflexão e ação para uma mudança de comportamentos, mentalidades e forma de estar, para um aproveitamento sustentável e integrado de todos os recursos, materiais / imateriais e oportunidades. Uma marca que preserve história e conhecimento passado mas que integre e desenvolva a tecnologia e o conhecimento futuro através do contacto entre gerações, na criação de uma experiência global envolvente, verdadeira, distintiva e memorável.

4. Qual a importância da promoção integrada das aldeias de montanha?

A afirmação da identidade das Aldeias de Montanha, porque é mais do que o somatório dos aspetos simbólicos de cada uma das aldeias, deve traduzir-se, sim, na síntese de um processo identitário próprio, que valoriza como um todo os valores diferenciadores do imaginário coletivo da Montanha, que associamos à serra da Estrela. Este plano

identitário integrado para a serra da Estrela, e que se materializa também na promoção integrada das aldeias de montanha, deve ser visto como uma oportunidade para a transformação deste território em torno de uma identidade de montanha forte e coesa capaz de posicionar a marca Aldeias de Montanha enquanto produto turístico de referência e de criar vantagens competitivas diferenciadoras, que certamente irão acrescentar valor à região.

5. De que forma é que o Projeto Aldeias de Montanha pode ser uma mais valia para contrariar a tendências de envelhecimento e abandono das aldeias?

O turismo é uma atividade que, em complemento com outras, nomeadamente as que se referem à valorização do setor primário, das suas práticas e dos seus produtos e à reabilitação urbana, constitui um instrumento fortíssimo para inverter as tendências de envelhecimento e abandono das aldeias.

As aldeias de Montanha são uma oportunidade para diversificar a oferta turística da serra da Estrela e alavancar um posicionamento mais afirmativo de uma nova ambição de desenvolvimento económico-social, que se traduza na melhoria das condições de vida daqueles que ainda vivem nas aldeias, na atração de mais visitantes mas também de mais investidores. Mas para tal, é imperativo que este projeto seja assumido pelos agentes públicos e privados e comunidades locais, como o embrião de uma proposta turística com caráter transversal ao território. Por esta razão, a ADIRAM integra nos seus corpos sociais, não só os municípios, mas representantes das comunidades locais e do setor empresarial local.

Outro aspecto positivo deste projeto, e não menos importante, é o efeito gerado na auto estima e sentido de pertença, quer das populações residentes quer da sua diáspora. É com enorme satisfação que constatamos a maior valorização das vivências e costumes destas aldeias. O principal valor acrescentado do produto “Aldeias de Montanha”.





#ALDEIA ESTRELA

Se Langouët é assim, outras aldeias também o poderão ser!

Energia renovável, cantinas com produtos biológicos, eco-construção, economia social e solidária, bar associativo, Langouët está a fazer um caminho invejável em matéria de desenvolvimento sustentável. O Presidente da Junta de Freguesia, Daniel Cueff, não desiste e considera que ainda há muito para fazer.

Langouët, a aldeia mais dinamarquesa da Bretanha?

Na sombra das grandes cidades, as iniciativas de pequenas freguesias são abundantes. Em Langouët, entre Rennes e Saint-Malo, Daniel Cueff é um daqueles Presidentes de Junta de Freguesia que gosta de semear e lançar novas ideias: sociais, ambientais e de cidadania activa.

Nem rurais nem urbanos, os habitantes de Langouët vivem no campo, mas trabalham na Metrópole de Rennes, isto é, na cidade. Em Langouët, muito cedo, uma reflexão de fundo foi levada a efeito, para lutar contra a expansão urbana e construir de acordo com os critérios do desenvolvimento sustentável. Para além desta abordagem à construção, Langouët tem de há 15 anos a esta parte, uma cantina 100% biológica, uma produção de electricidade superior ao seu consumo, duas áreas

construídas totalmente ecológicas, um polo da economia social e solidária, um bar associativo, uma abordagem zerophyto (zero produtos fitofarmacêuticos).

Comprometida com o progresso ecológico, a localidade acolheu no último ano uma equipa de arquitetos e de engenheiros que estão a construir uma casa de laboratório triplo zero: zero necessidades de energia, zero emissões de carbono, zero resíduos de construção e jardins de cobertura.

O sucesso desta iniciativa levou o município a construir uma terceira aldeia ecológica ainda para habitação social.

**100% BIO 100%
CIRCULAIRE 100%
PERMACULTURE**

ENERGIAS RENOVÁVEIS

Para chegar à situação de dispor de mais energia do que aquela que é necessária para a vida da aldeia foi necessário investir. E parte do investimento foi concretizado através de uma subscrição pública realizada junto do residentes da localidade.

Langouet é considerada pelo Ministério do Ambiente um território com energia positiva para o crescimento verde.

CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL

Uma nova abordagem ao processo construtivo, que vai desde a participação das populações locais na definição das suas configurações fundamentais, até aos materiais, que são todos eles recicláveis e potenciadores de uma gestão energética eficaz e eficiente, foi desenvolvida em Langouet, estando em curso uma operação de alojamento social na base destes princípios.



AGRICULTURA BIOLÓGICA

A primeira grande opção consistiu em eliminar todos os pesticidas na produção agrícola local e pôr de lado a utilização de todos os produtos fitofarmacêuticos.

Desde 1999 que Langouet se orgulha de ser um território Zero Phyto, ou seja sem qualquer utilização de fitofarmacêuticos. Langouet é detentora do label de "Freguesia sem OGM – Organismos Geneticamente Modificados".

CAFÉ ASSOCIATIVO

Um espaço de encontro, de lazer e de cultura que é gerido de maneira associativa e que cria uma base essencial ao relacionamento interpessoal e a cooperação local.

Trata-se de um elemento estruturante da construção do sentido comunitário.



GOVERNANÇA LOCAL PARTICIPADA

O sistema de governança local desenvolve-se a partir de um quadro de complementaridades: cada estrutura tem a sua autonomia, os eleitos realizam a sua actividade nos termos da democracia local participada, mas com os seus poderes intactos por respeito dos mecanismos democráticos da representação.

As restantes instituições locais exercem uma influência muito significativa nas questões de interesse público.

ECONOMIA CIRCULAR

Em matéria de construção sustentável, o conceito de Edifício Circular está em desenvolvimento, em várias vertentes. A energia, os materiais, a cobertura, etc.

A casa sustentável foi projectada como uma montagem de módulos idênticos, soldados, impregnados e encapsulados com uma resina de química verde que garante a sua estanquicidade.

A sua estrutura é em madeira, isolada com um produto de base biológica (cânhamo comprimido), sobre um piso de madeira e colocada sobre estacas. Posteriormente, a construção será rodeada por terra, o que permitirá cultivar nas laterais e no topo da casa.

Nas fachadas, cobertas de terra, um sistema inovador, entre o poço geotérmico e o canadiano, recuperará as calorias da terra para reinjetá-las no habitat.

A ventilação será feita por dois ventiladores de fluxo simples.

PRODUÇÃO SEM RECORRER A PESTICIDAS

A formação entre pares e também com convite a especialistas é uma das actividades recorrentes para alimentar e dinamizar o projecto com a participação de todos.

Por vezes são sessões sobre pequenas dicas e com alguns conselhos para as tarefas do quotidiano ligadas à jardinagem e à pequena produção agrícola.

Se houver partilha, envolvimento, as práticas correntes consolidam-se e ganha terreno a sustentabilidade.

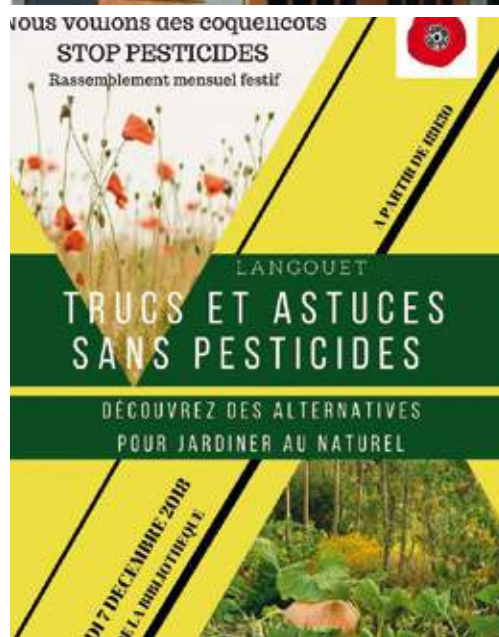
PRODUTOS BIOLÓGICOS NAS CANTINAS ESCOLARES

A refeição na base do biológico fica mais barata.

“Queremos mostrar que 100% de cantina biológica é possível e que não é mais caro”, explica Daniel Cueff. Em dez anos, baixamos inclusive o preço de custo de uma refeição que passou de 5,39 em 2004, feita em gestão concedida à Sodexo, para 5,28 em 2014, em gestão direta e totalmente biológica”. Para cada refeição são atualmente cobrados 2,95 para famílias e 1,50 a taxa reduzida, para quem beneficia dos apoios sociais. O passo em direção ao biológico foi tomado de uma só vez para simplificar a transição. “Por outro lado, foi necessário trabalhar a montante e desenvolver um forte processo de democracia participada e de autêntica implicação, para pôr em marcha um projeto que tinha necessidade da experiência e da perícia de todos, desde o cozinheiro, ao gestor dos assuntos biológicos”.



Bâtiments circulaires :
une autre approche des matériaux
et des processus constructifs





OFICINAS INFORURAL

Informação, participação, partilha, co-criação,
cooperação na ação, comunidades de prática

Vila Real | Beja | Évora
Portalegre | Bragança | Covilhã
Abrantes | Viana | Braga | Coimbra | Viseu
Idanha-a-Nova | Macedo de Cavaleiros | Tavira
Moura | Chaves | Amarante | Aguiar da Beira

www.inforural.pt



CNJ - Confederação Nacional dos Jovens
Agricultores e do Desenvolvimento Rural

Onde não falta vontade, existe sempre um caminho, um futuro.

APOIO EM TODOS OS MOMENTOS

